



DECRETO Nº 2.127, DE 20 DE MARÇO DE 2019.

Designa membros do Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CORUMBÁ, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 82, VII da Lei Orgânica do Município c.c com disposições contidas na Lei nº 2.254, de 20 de junho de 2.012 e,

CONSIDERANDO que a Deliberação nº 001/CMDDPI - 11 de fevereiro de 2019 que atribuiu à Comissão Eleitoral e ao Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa a responsabilidade pela escolha dos representantes não governamentais para compor o CMDDPI;

CONSIDERANDO que a mobilização realizada pelo CMDDPI resultou na seleção legítima dos representantes não governamentais para compor o Conselho,

D E C R E T A:

Art. 1º Ficam designados como membros do Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa - CMDDPI, para o biênio 2019/2021, os representantes dos seguintes segmentos:

REPRESENTANTES GOVERNAMENTAIS

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA

TITULAR

Aurice Alves de Barros Romero

Apolônio Júlio da Silva

SUPLENTE

Gisseli Santos Durães

Sebastião Henrique Ramos Silva Junior

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

TITULAR

Ana Paula Neves Rodrigues

SUPLENTE

Estefania de Moraes Gonçalves

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

TITULAR

Gleidson Fontes da Rosa

SUPLENTE

Deiza Fernandes de Pinho

FUNDAÇÃO DE ESPORTES DE CORUMBÁ - FUNEC

Anna Paula Capitel Camargo

Ana Claudia Santos do Nascimento

REPRESENTANTES NÃO GOVERNAMENTAIS

ASILO SÃO JOSÉ DA VELHICE DESAMPARADA

TITULAR

SUPLENTE

Eulinda Apontes Rodrigues

Bruno Souza Cruz

ASSOCIAÇÃO DOS APOSENTADOS E PENSIONISTA

TITULAR

SUPLENTE

Carlos Roberto Vieira Torres

Julio Correa Tejada

DIOCESE DE CORUMBÁ

TITULAR

SUPLENTE

Denilce Rodrigues da Silva

João Francisco da Silva

CONSELHO REGIONAL DE MINISTROS
EVANGÉLICOS

TITULAR

SUPLENTE

Luiz Carlos Miranda Fontes

Lucinete Cordeiro da Silva
Nascimento

Art. 2º A designação para compor o Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa não implicará remuneração aos seus membros, não ensejando vínculos ou quaisquer outros direitos contra o Município, sendo sua prestação considerada serviço público relevante.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Corumbá, 20 de março de 2019.

MARCELO AGUILAR IUNES

Prefeito Municipal

IONEWS

contato@ionews.com.br

Código de autenticação: c7d09c46

Consulte a autenticidade do código acima em <https://do.corumba.ms.gov.br/Legislacao/pages/consultar>